

INFORMALIDADE NAS SOCIEDADES DE ELITE DA AMÉRICA LATINA

Csaba Deák

2006, 8 de novembro



Boneco de catador de lixo no Conjunto Nacional  
(2006 outubro) Foto: C.D.

Creio que certas realidades americanas, por não terem sido exploradas literariamente, por não terem sido *nomeadas* exigem um grande, vasto, paciente, processo de observação. ... Convenço-me que a grande tarefa do romancista americano de hoje está em inscrever a fisionomia de suas cidades na literatura universal...

Alejo Carpentier *Literatura e consciência política na América Latina*, 1969

A tarefa contida no chamamento de Carpentier adquire contornos ainda mais amplos, uma vez que interpretar o processo urbano brasileiro implica produzir, também, uma interpretação da sociedade brasileira como um todo. —c.d.

A palavra ‘informalidade’ entrou em uso generalizado a partir dos anos 1980, com a reação neoliberal à crise do Estado de bem-estar nos países desenvolvidos (ou centrais). Promove a fenômenos mais ou menos autônomos certas características intrínsecas do capitalismo ou de sua crise atual. Assim, *exploração* torna-se *exclusão*, *imperialismo* se torna *globalização*, *capitalismo tardio* pode ser *neo-* ou *pósfordismo*, ou ainda *pós-modernidade*, *subproletariado* torna-se *sem-teto* ou *morador de rua*. *Ilegalidade* torna-se *informalidade*.

Esse pessoal não está subempregado (eles trabalham tanto quanto seus pares no ‘pleno’ emprego): está subpago.

Chico de Oliveira

Na aglomeração urbana o termo se refere a assentamentos de baixa renda precários e/ou irregulares: terreno invadido, loteamento clandestino, construção sem projeto aprovado ou em desacordo com o zoneamento. Mas é de se lembrar que pela mesma lógica, há ‘informalidade’ no outro extremo, superior, do espectro social: clubes recreativos, residências de luxo com aproveitamento superior ao permitido, e até shopping centers sobre terreno grilado ou em usocapião são comuns (em São Paulo). Na área da economia, fora do âmbito da organização espacial, também encontramos a informalidade no lugar mais chave do capitalismo: o lugar da produção. Empregos sem carteira assinada são empregos informais, comércio de rua, de mercadoria de contrabando ou sem nota fiscal é comércio informal. Há informalidades geradas pelo sistema de legislação na América Latina: detalhista, incoerente, incumprível em última instância, cujas armadilhas podem e precisam ser contornadas ‘informalmente’ originando inúmeras formas de corrupção.

As atitudes em relação à ‘informalidade’ tem sido: para impedir, usar força de polícia; para remediar, lançar mão de anistia. É frequente a atitude ‘tolerante’ frente à informalidade, por ser pretexto para omissão de investimento público, como no caso de muitos assentamentos precários.

Esta comunicação pretende menos detalhar a variedade de formas de informalidade na América Latina, do que discutir suas causas, e propor que tais causas situam-se nas peculiaridades estruturais das sociedades de elite. Para tanto, restringe-se à discussão da sociedade brasileira, na esperança que cada país contribuirá, nesse seminário e mesmo depois, para uma melhor compreensão das raízes das fragilidades dos países do continente e para a percepção das potencialidades do movimento de unificação da América Latina para liberar seu desenvolvimento.

## 1 Informalidade na sociedade burguesa

Informalidade existe em qualquer sociedade, mas seu sentido e importância difere entre cada uma. Na sociedade burguesa, se somado em cifras, a porção maior de informalidade se situa nas faixas superiores do espectro social: um exemplo paradigmático é a produção de artigos de luxo, como na Itália, onde em meados dos anos 80, a proporção do PIB informal chegou a perto de 50%, o mais alto da Europa (Inglaterra: 8%).

Em última análise, a importância maior da informalidade na sociedade burguesa é que é uma porção da produção social escapa à mercadorização —o princípio máximo do capitalismo—, além do problema, menor, da evasão de impostos que inevitavelmente a acompanha. É provável que com a inexorável tendência a terciarização a produção informal venha a ocupar importância sempre crescente nas sociedades capitalistas ‘maduras’, adicionando mais um aspecto a sua crise. No entanto, nosso interesse aqui nas sociedades burguesas se limita ao referencial de que servem para a discussão da informalidade na América Latina.

## 2 Informalidade na sociedade de elite

Designamos por *sociedade de elite* as formações sociais da América Latina, como distintas das sociedades burguesas dos países capitalistas avançados. O termo foi originalmente utilizado para interpretar a sociedade brasileira --como será um pouco mais detalhado no item subsequente-- mas é provável que seja um bom ponto de partida para a interpretação de muitas das demais formações sociais latino-americanas. Do ponto de vista do processo urbano e em particular, da produção da ‘informalidade’, a sociedade de elite difere da burguesa em dois pontos essenciais:

- 1) o nível de reprodução da força de trabalho é cronicamente baixo, o que combinado com uma infraestrutura urbana precária, resulta em condições urbanas precárias caracterizando um padrão de urbanização que chegou a ser chamado de ‘periférico’, e
- 2) a elite desfruta de superprivilégios que, contrastando com as condições dos trabalhadores, introduz uma clivagem na estrutura social bem além da divisão de classes da sociedade burguesa e que, diferentemente dessa última na qual a ideologia liberal se propõe a transpor ou dissimular as classes pela idéia do interesse coletivo, na sociedade de elite tal clivagem permanece à flor da pele e imprime seus traços nos mais diversos aspectos do processo urbano.

Nessas condições, a ‘informalidade’ adquire uma funcionalidade específica na sociedade de elite. Passa então a ser tolerada por ser consistente com os traços de comportamento da elite. Uma vez que esta controla *de fato* e diretamente (com uma mediação mais fraca através da ação do Estado e da burocracia) os usos dos recursos da sociedade, as oportunidades de exercício do arbítrio oferecidas pela informalidade vêm a ‘calhar’ e combinam perfeitamente com os traços mais característicos do comportamento da elite: arbitrariedade e volubilidade. O afastamento da ideologia e da prática, do discurso e da ação foi eloquentemente descrito por Roberto Schwarz:

O ideário liberal ... necessário à organização e à identidade do novo Estado e das elites, representa progresso. Por outro lado não expressa *nada* das relações de trabalho efetivas, as quais recusa ou desconhece *por princípio*, sem prejuízo de conviver familiarmente com elas. Daí um funcionamento especial, sem compromisso com as obrigações cognitivas e crítica do Liberalismo, o que abala a credibilidade deste último e lhe imprime, a par da feição esclarecida, um quê *gratuito, incongruente e iníquo*.

Roberto Schwarz (1979) *Um mestre na periferia do capitalismo*

No topo da sociedade de elite, as manipulações dos recursos da sociedade ensejam toda forma de informalidades que normalmente não são objeto de preocupação ou vistos como problema, ainda que de quando em quando a *corrupção* a elas frequentemente associada seja lembrada como fenômeno condenável. É na base do espectro social que se manifestam os ‘problemas’, reconhecidos como tais pela sua magnitude e contundência: o baixo nível de reprodução da força de trabalho e o descaso manifesto com ele por parte da elite (manifesta nas atitudes da mídia e nas ações do Estado em seus diversos níveis de governo) acaba jogando grandes contingentes de população e extensas porções da aglomeração urbana na ‘informalidade’, na verdade um eufemismo que tem seus componentes concretos de precariedade, ilegalidade, inadimplência ou criminalidade.

No caso específico da habitação: habitação operária nunca pôde ser mercadorizada – vale dizer, produzida *enquanto* mercadoria--, nem mesmo no berço do capitalismo, a Inglaterra (Ball,1981). Sua provisão implica necessariamente subsídios governamentais de vulto, cuja ordem de grandeza é dada pelo fato de no auge do Estado de Bem-estar da pós-guerra, mais de um quinto de todo o estoque de habitação na Inglaterra era habitação social (*council housing*), enquanto o resto da produção habitacional desfrutava –e desfruta até hoje-- de crédito subsidiado. Nos países da América Latina e seus níveis de salário ordens de grandeza inferiores, a habitação operária só poderia ser provida, a maior razão, pelo Estado. Este se omitindo, ou tomando iniciativas quantitativamente desprezíveis, empurra o ‘problema’ da habitação para uma rica gama de soluções precárias – ou ‘informais’.

### 3 Sociedade de elite e acumulação entravada no Brasil

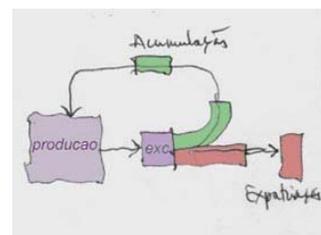
A interpretação da sociedade brasileira aqui resumida e elaborada no final dos anos 1980 (Deák, 1991 “Acumulação entravada no Brasil”) repousa sobre três idéias-mestras antecedentes. Em primeiro lugar, o chamamento de Chico de Oliveira (1972) que critica as posições da Cepal e sua teoria da dependência com base no fato de que uma teoria que coloca a causa das características de uma formação social em algum fator externo à sociedade –como o imperialismo, no caso da teoria de dependência--, leva à inação política e à reprodução do *status quo*: é mister desvendar os processos *internos* da reprodução de uma sociedade. A segunda é o relato de Nícia Vilela Luz *A luta pela industrialização no Brasil* (1960), da história econômica no Brasil e das políticas econômicas praticadas no seu decurso, mostrando a recorrência das políticas recessivas intercaladas aos períodos de relativa expansão. E a terceira é a designação *sociedade de elite*, de Florestan Fernandes (1972), para caracterizar uma sociedade distinta da sociedade burguesa dos países de capitalismo desimpedido. A *acumulação entravada* veio a ser formulada como sendo a base material do processo autônomo da reprodução da sociedade de elite, um modo de produção capitalista, sem dúvida, porque predomina o trabalho assalariado, mas uma variante em que o

princípio de acumulação fica subordinado ao princípio de expatriação de excedente, introduzindo um entrave permanente ao pleno desenvolvimento das forças produtivas.

### *Produção colonial*

A sociedade brasileira é sucedânea da sociedade colonial que se formou sobre a base da produção colonial: em função do excedente a ser levado à metrópole, no caso, Portugal.

A finalidade da produção colonial é o excedente apropriável pela metrópole, mas encerra um antagonismo: para ser ampliado, é necessário deixar uma parte do excedente para acumular. A produção colonial é uma *reprodução ampliada*, que encerra o antagonismo entre sua perpetuação e sua ampliação.



Produção colonial Apesar da expatriação do tributo à Metrópole, a parte remanescente do excedente é acumulada.

O antagonismo na produção colonial se manifesta no conflito entre a metrópole e a sociedade local, representando, respectivamente, o princípio de expatriação e o princípio de acumulação. Para a metrópole preservar sua posição dominante utiliza o expediente de manter a colônia relativamente fraca controlando seu desenvolvimento através da imposição de uma variedade de entraves, para a sociedade local não se fortalecer em demasia a ponto de poder desafiar o princípio da expatriação.

Em princípio, quanto mais forte a metrópole, mais pode deixar sua colônia se desenvolver, mas a avaliação da relação de forças somente pode ser feita na prática e está sempre sujeita a erros (assim, a Inglaterra perdeu sua colônia da América). As três Metrópoles que colonizaram a América mantinham relações específicas, decorrente seu próprio desenvolvimento, com suas colônias que definiam as condições das formações sociais dessas últimas. Na colônia inglesa da América do Norte, a sociedade local enfrenta e vence a metrópole e elimina a expatriação, implantando acumulação desimpedida e pleno desenvolvimento. No caso do Brasil, por um lado sua metrópole mesma resiste, mas acaba perdendo à Inglaterra sua autonomia e assim, o Brasil torna-se “colônia de uma colônia”, sendo em sua sociedade a estrutura de produção mantida a um mínimo e restrita a produtos de exportação *incorporando assim nas elites locais as forças contrárias ao desenvolvimento da produção*, praticamente sem conflito de interesses ou necessidade de confrontar sua metrópole. Em situação como que intermediária estão as colônias da Espanha, cuja metrópole nunca abandonou sua resistência –ressalvada sua paralisação temporária nas Guerras Napoleônicas– à ascendência inglesa nem à independência de suas colônias, que essas acabaram tendo que conquistar mediante luta armada, ainda que com o apoio decisivo da Inglaterra.

A sociedade local do Brasil, tendo já formado forças em favor da manutenção da primazia da expatriação não enfrenta –não tem motivos para confrontar– a metrópole. O processo de independência se desenrola apenas porque as Guerras Napoleônicas revelavam que Portugal havia definitivamente perdido a capacidade de prover o suporte institucional sem o qual nenhuma sociedade (de classes) pode se reproduzir. O propósito da Independência era internalizar o aparelho de Estado, até

então provido pela metrópole, para dar continuada sustentação, sem qualquer alteração seja na organização social seja na organização da produção (as duas vão de par), à sociedade local –até então, colonial. Tal processo seria facilitado, ademais, pelas manobras inglesas que resultariam na transmigração da Côrte portuguesa ao Brasil inaugurando já um período de transição à formação do Estado independente.

### *Independência*

A Independência tornou-se, dessa maneira, um processo de manutenção do *status quo*. Não quer dizer que não houvesse outro projeto – como os planos republicanos de Gonçalves Ledo – de internalização do aparelho de Estado:

Não que não ganhassem qualquer expressão social também os interesses ligados à reprodução local no período imediato que precede a declaração da Independência. Os chamados 'radicais' liderados por Gonçalves Ledo e que constituíam um grupo que hoje chamar-se-ia de tendência nacionalista, preconizavam a constituição de um Estado de molde burguês (eleição direta da Constituinte, liberdade de imprensa etc.) com desenvolvimento desimpedido das forças produtivas e primazia, portanto, da reprodução ampliada, ou seja, do próprio princípio da acumulação capitalista. Era precisamente em resposta a esses movimentos que os 'conservadores' se organizaram e formaram, em torno de José Bonifácio, o Apostolado:

Realizar a Independência com um mínimo de alterações possíveis na economia e na sociedade era o objetivo de seus componentes, representantes da melhor sociedade da época (Viotti, 1968:118).

Como se sabe, as forças representadas pelo Apostolado -que Frei Caneca chamou de "um clube de aristocratas servis"- saíam vitoriosas. Assim o objetivo da constituição do Estado brasileiro ficou sendo o de assegurar as condições da reprodução do *status quo ante*, isto é, da sociedade colonial, organizada em função da produção colonial.

Deák (1991) *Acumulação entravada no Brasil*

Ao internalizar o aparelho de estado, a sociedade de elite internaliza também o princípio da expatriação. Antes imposta *de fora*, o princípio da expatriação gozaria da primazia assegurada doravante pelas forças *internas* da sociedade de elite, como meio e garantia de sua reprodução, uma sociedade de elite como distinta de burguesa, sobre a base econômica da acumulação entravada como distinta da acumulação desimpedida. O que era sociedade colonial, torna-se *sociedade de elite*, o que era produção colonial, *acumulação entravada*.

sociedade colonial	→	sociedade de elite
produção colonial	→	acumulação entravada

A acumulação entravada é *autônoma*, no sentido que ao internalizar todo o arcabouço institucional da sociedade e manter sua base material no processo de produção, abarca todos os elementos de uma reprodução social – vale dizer, não depende de nenhum *deus ex machina*, nenhuma instância externa.

### Formas de expatriação

No estado soberano, não mais podendo ser simplesmente tributo colonial, era necessário achar novas *formas* para a expatriação da parte do excedente a ser retirada da acumulação.

Principais formas de expatriação:

.*serviço da dívida* – o Estado brasileiro assumiu, ao nascer, uma dívida de £ 2 milhões (algo como US\$ 140 bilhões atuais) ao Banco da Inglaterra.

.*remessa de lucros* de capital estrangeiro, sempre com forte presença devido ao entreguismo, um dos principais instrumentos de reprodução da acumulação entravada (cf. abaixo)

.*conta de 'serviços'* (fretes, seguros e resseguros) cronicamente deficitária.

### Instrumentos do entravamento

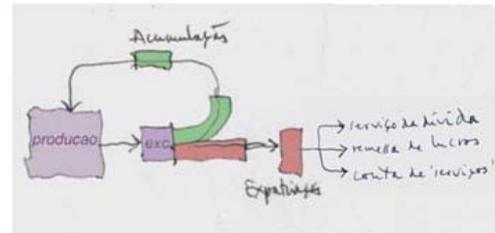
Além da drenagem do excedente, outros entraves, instrumentos de reprodução da acumulação entravada:

.*moeda instável* (não conversível): não cumpre sua função de reserva de valor, sendo substituída pelo patrimônio (daí porque a sociedade brasileira chegou a ser designado como *patrimonialista*)

.*sistema financeiro*: juros altos, crédito nil: cria ambiente hostil à produção, que assim só é viável em ramos de atividade com taxas de lucro excepcionais ou então subsidiados pelo Estado, sendo vulnerável em ambos os casos.

.*entreguismo*: quando um tanto de produção nacional é necessária para abastecer o mercado interno, devido à 'restrição externa' (restrição da balança de pagamentos), o recurso é produção interna, mas sob o controle de capital estrangeiro, principalmente se se tratar de indústria-chave. No caso brasileiro: *toda* a indústria automobilística, uma das maiores do mundo, e mais recentemente, a indústria eletro-eletrônica, estão sob o controle de capital estrangeiro. Além da remessa de lucros decorrente, os efeitos mais importantes do entreguismo são a falta de controle das decisões da indústria em questão, e o que é ainda mais crucial, é que não se desenvolvem forças sociais correspondentes internas em favor do desimpedimento do desenvolvimento e eliminação dos entraves, resultando em verdadeira atrofia da identidade nacional, que então se refugia no futebol.

.*estatização*: uma alternativa ao entreguismo, para impedir o surgimento de desafios ao princípio da expatriação, e que elimina até a remessa de lucros. Um exemplo histórico paradigmático do uso desse expediente em larga escala é o período Vargas (1930-45), que chegou a ser, acertadamente, chamado de 'capitalismo sem burguesia'.



*Acumulação entravada* Ao invés de tributo à Metrópole, a expatriação de excedente toma novas formas: serviço da dívida externa; remessa de lucros e conta de serviços cronicamente deficitária.

#### Entraves

- moeda instável (não conversível)
  - sistema financeiro: juros altos, crédito nil
  - entreguismo: atrofia identidade nacional
  - estatização
  - atrofia dep I: vulnerabilidade, sem progresso técnico
  - nível de reprod.  $F_1$
  - infraestrutura precária
- } → condições urbanas

.atrofia do Departamento I: os ramos de produção dos meios de produção –onde se dá (--*daria*) a definição das técnicas de produção e assim, o progresso técnico-- é excluída a todo custo, o que resulta em acefalia, vulnerabilidade e ausência de progresso técnico da estrutura produtiva como um todo.

Exemplos recentes da eliminação, com precisão de bisturi, de indústrias de ponta, incluem: nos anos 1960, além da já mencionada indústria automobilística sob controle estrangeiro, a indústria eletrônica, também estrangeira, e que importa *todos* os componentes eletrônicos, a ponto do Brasil, com sua enorme produção de televisores por exemplo, nunca ter produzido seus cinescópios. Nos anos 80, após alguns passos titubeantes, a indústria de informática foi eliminada e está interamente ausente até hoje. O Brasil exporta silício bruto e importa todos os transistores que utiliza e nunca deu espaço para o desenvolvimento das indústrias de precisão, química fina e biotecnologia como não está dando para nanotecnologia. É sintomático que o ‘patrono da indústria’, no Brasil, é o Barão de Mauá, um empresário lendário dos meados da século XIX que foi asfixiado por falta de crédito e levado à falência através de competição desleal por parte do próprio governo brasileiro. A mesma história se repetiu, em escala menor, com a Gurgel que quase virou a primeira e única fábrica nacional de automóveis nos anos 1970-80 e acabou fechando suas portas no final dos 80.

Um a consequência imediata da economia assim amarrada é o baixo nível de reprodução da força de trabalho, decorrente da ausência dos ramos mais produtivos de indústria, e a precariedade crônica da infraestrutura que entra no rol dos entraves. Ambos tem consequências imediatas sobre as condições urbanas que serão exemplificadas adiante. Antes porém devemos abordar os estágios de desenvolvimento da acumulação entravada.

#### *Acumulação entravada no estágio extensivo*

Desde os primórdios/início do desenvolvimento capitalista no Brasil, de 1850 em diante, este ia se desenvolvendo naturalmente em seu estágio inicial, o estágio extensivo.<sup>1</sup> Este se caracteriza pelo processo predominante de *extensão* –daí seu nome-- da nova relação de trabalho, o assalariamento, atraindo crescentes contingentes de trabalhadores em independentes, em produção para subsistência, e servos (na transição a partir do feudalismo) ou escravos (no caso do Brasil). O ritmo de crescimento nesse estágio é a soma do ritmo de assalariamento mais o aumento da produtividade do trabalho (progresso técnico), onde a primeira parcela é a maior, e resulta em elevada taxa de excedente. É isso que ‘viabiliza’ a acumulação entravada: alta taxa de excedente pode ser diminuída com uma parte que será expatriada e ainda assim deixar uma taxa de acumulação –vale dizer, de crescimento– a ritmo um razoável. Assim o Brasil cresceu à taxa ‘secular’ em torno de 5-6% em média até o final dos anos 1960 quando ‘disparou’ com uma taxa em torno de 10% durante alguns anos e que chegou a ser chamado de ‘milagre brasileiro’ (era a época dos ‘milagres’ alemão e também japonês, resultantes do *boom* da reconstrução pós-guerra).

---

<sup>1</sup> No que segue resumimos ao extremo uma periodização do capitalismo, vale dizer, uma caracterização de seus estágios de desenvolvimento, cuja filiação remonta a Aglietta (1976) e está exposta em um pouco mais detalhe em Deák (2004).

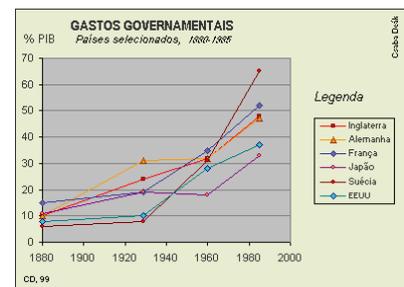
O estágio extensivo se esgota quando toda ou a maior parte da força de trabalho já foi assalariado, e doravante a taxa de excedente será reduzida à parcela decorrente do progresso técnico, do aumento da produtividade do trabalho. No estágio intensivo, nas sociedades burguesas a dependência da taxa de excedente crucialmente da produtividade do trabalho trouxe condições interiramente novas para a reprodução da força de trabalho, conhecidas no Estado de bem-estar e na forma política da social-democracia. No Brasil, a exaustão do estágio extensivo trouxe uma crise à forma entravada da acumulação: a taxa de excedente, minguada, não mais pode ser subdividida. Seja dirigida à *expatriação*, anulando o crescimento, seja *acumulada* anulando a *expatriação*, o excedente reduzido não sustenta a acumulação entravada.

A história recente do Brasil é dominada pela crise da acumulação entravada. Quando um governo militar, na esteira do ‘milagre’, traçou o segundo Plano Nacional de Desenvolvimento- *II PND* (1974) que procurava a manutenção do crescimento, previa a continuidade de investimentos em infraestrutura e de maneira geral a eliminação dos entraves ao desenvolvimento, imediatamente se desenhou uma reação que adotou a tática de deslegitimar os governo militar empunhando a bandeira da redemocratização, no que foi bem-sucedida após alguns anos (em 1984 foram reinstalados os governos civis). No plano econômico teve menos sucesso, uma vez que o restabelecimento do padrão histórico de desenvolvimento entravado não era mais possível, e a recessão profunda provocada em 1981-3 não pôde ser seguida de períodos de expansão, resultando na década perdida de 1980 –a ser seguida por uma segunda, dos 1990 e uma terceira em que ora estamos entrando no último terço. Na verdade a exaustão do estágio extensivo e a crise da acumulação entravada colocou a sociedade brasileira na frente de um impasse do qual até hoje não encontrou um meio de superação. Esse é o ambiente interno no qual o ideário do neoliberalismo, vindo dos países desenvolvidos onde foi elaborado em resposta a sua própria crise, encontra ao ‘aportar’ no Brasil.

### *Neoliberalismo na sociedade de elite*

A burguesia brasileira não respeita nem sinal de tráfego  
Quartim de Morais

Neoliberalismo é a primeira ideologia importada que realmente serve para a acumulação entravada. Irônicamente, quando se esgotaram as condições *materiais* de sua reprodução.... De fato, quando logo após a Independência importou o liberalismo, a sociedade brasileira escravocrata; quando importou a social-democracia, não só não tinha Estado de Bem-estar, não estava sequer no estágio intensivo, e mesmo seu desenvolvimento extensivo era entravado, abaixando ao contrário de elevar, o nível de vida dos trabalhadores. Assim, *liberalismo* era professado mas transgredido pois que exigia a igualdade formal entre indivíduos e a idéia do bem comum; ao passo que *social democracia* enaltecia o interesse coletivo e enfatizava o planejamento -- ambos manifestamente alheios à organização da sociedade de elite. Mas o neoliberalismo, que *lá* (na sociedade burguesa em sua crise do estágio

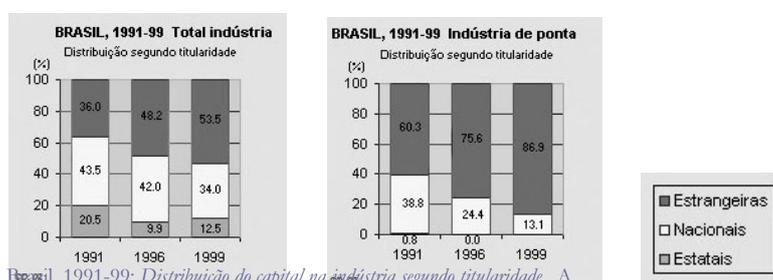


Participação do Estado no Produto Nacional, 1880-1985 em alguns países centrais.

Fonte: [http://www.worldbank.org/data/wdi2000/pdf/tab1\\_5.pdf](http://www.worldbank.org/data/wdi2000/pdf/tab1_5.pdf)

intensivo) promove o desmonte do Estado de Bem-Estar, desqualifica o Estado enquanto representante do interesse coletivo -- assim como a própria idéia de interesse coletivo e a atividade de planejamento praticado em seu nome--, e em seu lugar legitima grupos de interesses e até interesses individuais enquanto membros da 'sociedade civil', *aqui* (nas sociedades de elite) faz precisamente o que aqui sempre se fez: a deslegitimação do Estado e do interesse coletivo é consistente com o superprivilegiamento da elite e seu controle *direto* do aparelho do Estado; o enfraquecimento da ação do Estado é consistente com a precariedade crônica das infraestruturas; seu discurso liberalizante é consistente com o entreguismo e por sua vez a privatização, se conjuga com o fracionamento da infraestrutura e fragmentação do espaço nacional. Em seu conjunto, os preceitos do neoliberalismo aderem perfeitamente à manutenção dos entraves ao desenvolvimento.

A 'fúria privatizante' dos dois governos FHC (nosso Menem) produziu uma



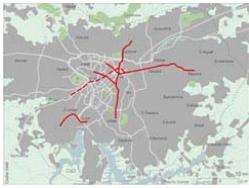
Brasil, 1991-99: Distribuição do capital na indústria segundo titularidade. A desnacionalização da indústria foi aprofundado no período, com a participação do capital estrangeiro passando de 36% a 53,5% para o total da indústria e ainda mais na indústria de ponte, onde a mesma participação passou de 60% em 1991 a 87% em 1999.

desnacionalização sem precedentes, como parte, talvez, de um projeto que permita a expansão de novo necessária da produção: a estrutura produtiva se tornar tão acéfala (privada do Departamento I) e ficar tão desnacionalizada, que até seja possível permitir um curto período de crescimento sem necessariamente ter que abandonar os entraves ao desenvolvimento *de fato*.

#### 4 Condições urbanas e 'informalidade'

As condições nas aglomerações urbanas da sociedade de elite decorrem diretamente das peculiaridades da acumulação travada e distoam fortemente das condições de seus congêneres dos países desenvolvidos. É de se lembrar, no entanto, que em seu estágio de desenvolvimento extensivo, as sociedades burguesas produziram aglomerações urbanas igualmente repugnantes e até mais que as sociedades latinoamericanas, descritas com eloquência pelos grandes romancistas da primeira metade do século XIX como Dickens e Victor Hugo, e até mais para o final do mesmo século, William Morris referia-se a "Londres e as demais grandes cidades comerciais da Grã-Bretanha como 'meras massas de sordidez, sujeira e miséria, rendilhadas aqui-acolá de repugnantes manchas de vulgaridade pomposa'" (Ashworth, 1954:171). As condições urbanas começam a melhorar somente com o estágio intensivo que na Europa ocidental se inicia na virada do século, como resposta à exigência de melhores condições urbanas consistentes com a elevação do nível de reprodução da força de trabalho.

A evolução do padrão de urbanização na Europa ilustra que não há um ‘padrão europeu’ de urbanização, assim como não poderia haver um padrão latinoamericano: um padrão de urbanização é sempre historicamente específico, de uma determinada sociedade em determinado estágio de desenvolvimento. O padrão histórico de urbanização no Brasil corresponde à precariedade que acompanha a urbanização predatória do estágio extensivo, acrescida da aparente ‘irracionalidade’ que corresponde aos entraves no âmbito espacial. A acumulação entravada retarda o progresso técnico e com ele a elevação do nível de reprodução da força de trabalho. Os requisitos de performance sobre a organização espacial –que serve de sustentação à estrutura produtiva-- permanecem frouxos e resultam em condições urbanas precárias tanto em infraestrutura quanto em condições ambientais, e em baixos níveis de serviço dos equipamentos e serviços urbanos.

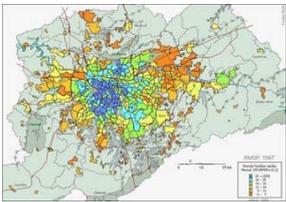


Região Metropolitana de São Paulo, 2006: *Estrutura viária principal*. A estrutura viária (cinza claro) reflete a extrema desigualdade da estrutura urbana; a rede de Metrô (vermelho) mostra a exiguidade e a incongruência de seu traçado.

A fragmentação do espaço tanto ao nível nacional como ao urbano é a um tempo consequência e também meio de reprodução da acumulação entravada, a fragmentação –assim como a precariedade das infraestruturas-- constituindo-se em entrave ao desenvolvimento da produção. A fragmentação do espaço se *produz* por meio, além da infraestrutura precária (‘escassa’), também pela conservação e por vezes deliberada imposição ou construção de barreiras. Ademais, a pouca infraestrutura é desigualmente distribuída, contribuindo ainda mais para a heterogeneidade do espaço.

O resultado é um espaço urbano muito diferenciado, com uma área menor relativamente bem atendida em infraestruturas e outra maior onde reina a precariedade extrema. A diferenciação induz a elevação dos preços das localizações que tem sido vistos como resultado de ‘especulação imobiliária’, e introduz diferenciações no uso do solo que tem sido vistos como segregação espacial, especialmente a separação dos assentamentos residenciais de alta renda dos demais, frequentemente designados de periféricos. Aqui é o reino da ‘informalidade’ em suas mil variantes. Em particular, a habitação operária, ou popular, sem a indispensável intervenção do Estado, é produzida em uma vasta variedade de formas precárias, ilegais ou clandestinas.

O ‘padrão histórico’ de urbanização deveria se esgotar juntamente com o estágio extensivo (no Brasil, nos anos 1970), mas o impasse imposta pela sociedade de elite impede a transição ao estágio intensivo e prefere e por ora consegue, aproveitando também o arsenal retórico do neoliberalismo, manter o *status quo* mesmo ao preço de aprofundar também seus antagonismos. No entanto, é seguro afirmar que as condições urbanas não hão de melhorar significativamente sem a transformação do próprio princípio de organização da sociedade, com a remoção dos entraves ao desenvolvimento – que por sua vez depende das perspectivas de evolução da própria sociedade.



## 5 Perspectivas: crise da acumulação entravada

A compreensão do estágio de desenvolvimento contemporâneo da sociedade brasileira requer um cuidado duplo para se perceber que o que presenciamos é uma simultaneidade de duas crises. No país, a crise da acumulação entravada, devido à exaustão do estágio extensivo. Nas sociedades burguesas, a crise do próprio capitalismo devido à exaustão do estágio intensivo. A interrelação entre as duas crises se dá menos no plano econômico do que no plano das idéias, pelo hábito da sociedade de elite de importar a ideologia burguesa apesar de toda a discrepância gritante entre as condições concretas das duas sociedades. E à diferença dos estágios precedentes, no caso da ideologia neoliberal, e como já observado acima, os preceitos do neoliberalismo concebidos com uma finalidade inteiramente diferente (desmonte do Estado de bem-estar) aqui servem às maravilhas para a perpetuação dos entraves ao desenvolvimento. Devido à simultaneidade e funcionalidade, seu uso *aqui* pode facilmente ser interpretado como sendo devido à influência de países dominantes ou a algum processo mais geral e difuso de 'globalização'.

O estágio atual de desenvolvimento, no Brasil, é dominado pelo fato da exaustão do estágio extensivo e a conseqüente crise da acumulação entravada, que gerou o impasse econômico e político já mencionado: seja na opção pela continuidade da expatriação de excedente (entreguismo etc.) mesmo ao preço do abandono do crescimento, seja na opção pela acumulação desimpedida e pleno desenvolvimento, uma transformação social de vulto se faz necessário, necessidade que a sociedade, organizada em torno da reprodução do *status quo*, se recusa a reconhecer, porém mais cedo mais tarde será obrigada a aceitar, nem que seja à sua revelia. E quanto maior a crise, maior o potencial de transformação...

Uma interpretação alternativa da situação atual, já mencionada, seria que o grau de fragilização da economia brasileira através da acefalia e da desnacionalização alcançou um nível tão elevado que pode se permitir um período de expansão da produção de 5-10 anos sem que as forças pelo desenvolvimento adquiram uma preponderância irreversível, para só aí alcançarmos o ponto de escolha inevitável. No longo prazo as duas interpretações desembocam em uma só, mas é claro que diferem enormemente na perspectiva a curto prazo. Acredito, no entanto, que nesta discussão aqui tocamos o limite até onde a análise histórica de um processo contemporâneo pode chegar.



Quanto ao conjunto do Continente, para além de inegáveis semelhanças entre os países da América Latina, seria necessário explorar também as individualidades de cada formação social e avaliar suas potencialidades de mudança. É provável que dessas potencialidades dependam as perspectivas de concretização e desenvolvimento do Mercosul e de uma ainda eventual União Latino-Americana.

A oportunidade de colocação dessas questões, nesse seminário Latinoamericano, decerto não implica em se poder esgotar sua discussão nos

limites do próprio seminário, mas talvez possam dar início a uma discussão de mais longo prazo e em profundidade. Tal discussão é tanto mais importante que seria a única a poder contrapor-se à onda neoliberal, importada da Europa e EEUU, como vimos, depois do liberalismo e a social-democracia, é a primeira das ideologias burguesas que efetivamente serve a manutenção do *status quo* na sociedade de elite.

Assim como as forças sociais antagônicas se alinham a favor ou contra a manutenção da ordem social, a atitude e produção intelectuais tem duas e apenas duas opções: trabalhar no sentido da reprodução do *status quo*, justificando-o, resultando uma produção ideológica; ou pelo contrário, efetuando uma análise crítica da ordem social vigente, explorando seus antagonismos e potencial de transformação.

Tal trabalho, realizado em conjunto para os diversos países, pode dar uma idéia sobre as perspectivas de desenvolvimento do Mercosul, ou *Mercosur*, e através de um esforço comum, permitindo aprofundar a exploração das potencialidades nacionais através da formação e fortalecimento da união regional, oferece provavelmente a melhor oportunidade de desenvolvimento da região como um todo.

## Referências e bibliografia

- AGLIETTA, Michel (1976) *Une théorie de la regulation du capitalisme* Maspéro, Paris
- BALL, Michael (1981) "The development of capitalism in housing provision" *International Journal of Urban and Regional Research* 5(2):145-77, versão port. "O desenvolvimento do capitalismo na provisão da habitação", *Espaço & Debates* 36:11-34, 1992
- DEÁK, Csaba (1991) "Acumulação entravada no Brasil/ E a crise dos anos 80" *Espaço & Debates* 32:32-46, disponível em [http://www.usp.br/fau/docentes/deprojeto/c\\_deak/CD/3publ/91ace/index.html](http://www.usp.br/fau/docentes/deprojeto/c_deak/CD/3publ/91ace/index.html)
- DEÁK, Csaba (2004) "Periodização do capitalismo" *Verbetes*, disponível em [http://www.usp.br/fau/docentes/deprojeto/c\\_deak/CD/4verb/period-K/index.html](http://www.usp.br/fau/docentes/deprojeto/c_deak/CD/4verb/period-K/index.html)
- FERNANDES, Florestan (1972) "Classes sociais na América Latina" in Fernandes (1972) *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina* Zahar, São Paulo, 1981
- LUZ, Nícia Vilela (1961) *A luta pela industrialização do Brasil* Alfa-Omega, São Paulo, 1975
- MOTTA, Carlos Guilherme da (1968) *O Brasil em perspectiva* Difel, São Paulo
- OLIVEIRA, Francisco (1972) "A economia brasileira: Crítica à razão dualista" *Cadernos Cebrap*, 2:5-98
- SCHWARZ, Roberto (1990) *Um mestre na periferia do capitalismo/ Machado de Assis* Duas Cidades, São Paulo
- VIOTTI da Costa, Emília (1968) "Introdução ao estudo da emancipação política" in Motta (1968)
- WERNECK, Nelson W Sodré (1986) *As razões da Independência* Difel, São Paulo

\*\*\*